

HISTÓRIA CENTENÁRIA DA Faculdade de Ciências Econômicas 1909-2009

GENTIL CORAZZA
Organizador



UFRGS
EDITORA

HISTÓRIA CENTENÁRIA DA
Faculdade de Ciências Econômicas



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lúgia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

© dos autores
1ª edição: 2009

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Fernanda Kautzmann
Editoração eletrônica: Luciane Delani

Equipe de pesquisa histórica
Naida Menezes (coordenadora), Clovis Gomes de Oliveira Filho, Denise W. Xavier,
Geórgia S. M. Pinto, Iuri B. Pereira, Leonardo Lima Ferreira, Maria Elisa Swarowsky
Lisboa, Séfora Bertoldi e Wagner Luís das Neves Teixeira.

H673 História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009 /
[organizado por] Gentil Corazza. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
288 p. : il. ; 16x23cm

Prefácio de Hélio Henkin, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS.

Introdução de Gentil Corazza.

Inclui no anexo lista de diretores, professores, servidores técnico-administrativos
e alunos da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e Documentos
históricos.

1. Faculdades de Ciências Econômicas – UFRGS - História. 2. Ciências Econômicas – UFRGS – Currículo. 3. Contabilidade – Ensino – Rio Grande do Sul. 4. Ciências Atuariais – Evolução – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. 5. Administração – Ensino – Rio Grande do Sul. 6. IEPE – Pesquisa – Pós-graduação. 7. PGDR – Trajetória – Economia – Desenvolvimento rural. 8. Economia – Pós-graduação. 9. Biblioteca – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. 10. Movimento estudantil – História. 11. Lideranças – Vida pública – Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS. I. Corazza, Gentil.

CDU 33(091):378UFRGS

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0077-0

A criação da Escola de Comércio

A Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS comemora o centenário de sua fundação no dia 26 de novembro de 2009, pois foi criada como Escola de Comércio de Porto Alegre, instituição anexa à Faculdade Livre de Direito, em 26 de novembro de 1909. Em 1945, recebe o nome de Faculdade de Economia e Administração e, em 1950, passa para a sua atual denominação de Faculdade de Ciências Econômicas.

No início do século XX, quando a Escola de Comércio foi criada, havia poucas instituições de ensino superior no Brasil, as quais eram reguladas pelo decreto nº 3.390, de 1º de janeiro de 1901, que previa “a existência de estabelecimentos de ensino superior [...] fundados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por ‘qualquer associação ou indivíduo’, aos quais o governo poderá ‘conceder os privilégios dos estabelecimentos federais congêneres’” (Frauches, 2004, p. 2). Esses estabelecimentos assumiam a forma de instituições isoladas, faculdades ou escolas livres. O Rio Grande do Sul, especialmente Porto Alegre, nessa época, era referência nacional, pois aqui já funcionavam diversas Faculdades Livres, como a Faculdade de Farmácia, criada em 29 de setembro de 1895, a Escola de Engenharia, criada em 10 de agosto de 1896, a Faculdade de Medicina, criada em 25 de julho de 1898, e a Faculdade Livre de Direito, criada em 1900 (Santos, 2000).

Na área específica do ensino comercial, também já havia outras instituições similares, como a Escola Mauá, de Porto Alegre, fundada em 1900, e a Academia de Comércio, de Pelotas, fundada em 1906 (Rodrigues, 1986). Nesse período, o ensino comercial brasileiro era regulado pelo decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905.

A proliferação de instituições dedicadas ao ensino comercial no Rio Grande do Sul, quando foi criada a Escola de Comércio de Porto Alegre, era motivada por um conjunto de fatores, dentre os quais podem ser menciona-

* **Gentil Corazza** é professor do PPGE/UFRGS e pesquisador do CNPq. Doutor em Economia pela Unicamp. Foi diretor do IEPE e da FCE.

dos, por um lado, o forte desenvolvimento das atividades econômico-comerciais e, por outro, a precária situação do ensino vigente no estado naquele período inicial do século XX. O desenvolvimento do ensino comercial também recebeu forte impulso do positivismo, ideologia que dominava as elites intelectuais do Rio Grande do Sul e conferia grande importância ao ensino científico, técnico e profissionalizante, em contraste com a formação tradicional de cunho mais teórico e humanístico.

Assim, o desenvolvimento e a melhoria do ensino comercial eram uma exigência não só da expansão econômica e comercial, mas também do ambiente cultural do Rio Grande do Sul no início do século XX. Até esse momento, o ensino comercial era oferecido por entidades comerciais, como a Associação dos Guarda-Livros, fundada em 1876, e a Associação de Empregados do Comércio, criada em 1899, por escolas particulares, como foi o caso da Escola Mauá, criada em 1900, bem como pelos próprios guarda-livros, que davam aulas práticas de escrituração mercantil, em seus escritórios ou residências.

Neste contexto, Archimedes Fortini (1953) relata como surgiu a ideia de criar a Escola de Comércio de Porto Alegre e de que forma ela se desenvolveu. Em seu relato, registra a afirmação do professor Israel Torres Barcellos, para o qual não seria exagerado “afirmar que a Escola Superior de Comércio teve sua origem na Escola Mauá, criada e mantida pela Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre”.

Efetivamente, embora a ideia de criar uma Escola de Comércio fosse uma aspiração antiga do desembargador Manoel André da Rocha, que já havia liderado a criação da Faculdade Livre de Direito, da qual era diretor, foi o trabalho desenvolvido pela Escola Mauá que realmente serviu de inspiração para a criação de uma nova instituição de ensino comercial. O que detonou sua criação foi o seguinte episódio relatado, por Fortini (1953, p. 10):

Certa feita, estando em exposição na vitrine da antiga casa Ao Trocadero, à rua dos Andradas, um quadro com uma das muitas turmas preparadas na Escola Mauá, passaram por aquele local os saudosos professores drs. Manoel André da Rocha e Leonardo Macedônia, respectivamente diretor e secretário da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Estacionando em frente àquela mostra, disse o desembargador André da Rocha ao seu acompanhante: “Seu Macedônia, precisamos fazer ‘isso’ em nossa Faculdade, criando o curso superior de comércio”. Pouco tempo depois, no tradicional edifício da rua Duque de Caxias, há pouco destruído por um incêndio, eram iniciadas as aulas da Escola Superior de Comércio, de cujo corpo docente, gentilmente convidado, fazia parte, como lente catedrático de contabilidade e escrituração mercantil, o professor Israel Torres Barcellos, formado na primeira turma da Escola Mauá [...].

Fortini (1953) transcreve, ainda, as “reminiscências” do professor Henrique Desjardins, que atestam o esforço do professor Manoel André da Rocha para concretizar seus ideais em prol do ensino. Após concretizar seu ideal, que foi a fundação da Faculdade Livre de Direito, tinha ele ainda dois so-



Colégio Júlio de Castilhos, antes do incêndio de 1951.

nhos: a fundação da Escola de Comércio de Porto Alegre e a aquisição de um terreno onde pudesse construir dois prédios, para abrigar as instituições que havia criado. O terreno escolhido foi um logradouro público, “onde foi a Exposição Estadual de 1901”, e onde agora funcionava o “Teatro do Parque”, com “face fronteira para a linha de bondes” e lateral para a “esquina da rua que faz fundo ao mesmo parque”, ou seja, a localização atual da avenida João Pessoa, esquina com a rua Sarmiento Leite. André da Rocha e Leonardo Macedônia foram, então, solicitar a cedência do terreno ao intendente municipal, doutor José Montaury. Este logo retrucou: “Mas, André, para que queres tu tão grande área se tua Faculdade apenas poderá ocupar um terço do terreno?” André da Rocha teria respondido: “É que na metade, do lado de cima, pretendo construir o edifício da Faculdade de Direito, e na outra metade, que fica na esquina, pretendo construir o edifício da Escola de Comércio de Porto Alegre, que muito em breve será fundada. É um terreno para o futuro e não para o presente”. Diante de tão ponderáveis argumentos, o intendente concordou com a cessão de toda a área, ato que devia ser aprovado, depois, pelo presidente do Estado, Borges de Medeiros. E, assim, no dia 11 de agosto de 1908, foi lançada a pedra fundamental do edifício-sede da Faculdade Livre de Direito, o qual foi inaugurado solenemente em 16 de julho de 1916. Na outra metade do terreno foi construído, mais tarde, o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, que foi destruído por um incêndio em 16 de novembro de 1951. A partir da sua reconstrução foi edificado o prédio atual da Faculdade de Ciências Econômicas, inaugurado em 1954.

Escombros do Colégio Júlio de Castilhos, após o incêndio de 1951.



O idealismo do criador da Escola de Comércio não foi esquecido, mesmo depois de cinquenta anos, como atestam os *Anais do Cinquentenário*, em 1959, onde é afirmado que: “O desembargador André da Rocha foi um dos pioneiros do ensino superior, com Sarmiento Leite, na Faculdade de Medicina, e João Simplício Alves de Carvalho, na Escola de Engenharia. Ele acalentava desde anos a ideia de criar uma instituição destinada à mocidade que empregava suas atividades no comércio e na indústria” (Universidade do Rio Grande do Sul, 1959, p. 15).

A proposta de criação da nova Escola foi feita, em 16 de novembro de 1909, pelo diretor da Faculdade de Direito, professor Manoel André da Rocha, e apenas dez dias depois, em 26 de novembro, foi aprovada pela Congregação da Faculdade, como se pode constatar na ata transcrita no Anexo B deste livro. A sede da nova instituição viria a ser a própria Faculdade de Direito, na época situada na rua Duque de Caxias, esquina com a rua Marechal Floriano Peixoto, no prédio da então Escola Normal, que já abrigava as faculdades de Farmácia, Engenharia e Medicina. Em 1916 a Escola de Comércio foi transferida, juntamente com a Faculdade de Direito, para o prédio atual desta última, na avenida João Pessoa. Em 1954 foi novamente transferida, agora para sua sede atual, na avenida João Pessoa, nº 52, juntamente com a Reitoria da Universidade do Rio Grande do Sul.

A evolução institucional

Em termos institucionais, nos anos seguintes ao início de suas atividades, a Escola de Comércio passou por profundas modificações, as quais podem ser assim resumidas: em 1915, foi reconhecida como estabelecimento oficial de ensino e, em 1916, através do decreto nº 3.169, a Escola é reconhecida pela União como instituição de utilidade pública, perdendo, portanto, seu caráter de instituição privada de ensino. Em 1934, através do decreto nº 5.758, de 28 de novembro, do interventor federal no Rio Grande do Sul, general Flores da Cunha, passa a integrar a Universidade de Porto Alegre (UPA), criada por esse mesmo decreto. Em 1945, torna-se uma instituição autônoma, através do decreto-lei nº 789, do interventor federal no Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles, através do qual torna-se unidade autônoma da UPA e é desanexada da Faculdade de Direito, recebendo, então, a denominação de Faculdade de Economia e Administração. Em 1950, passa a integrar o sistema federal de ensino superior, recebendo a denominação atual de Faculdade de Ciências Econômicas. Neste mesmo ano a FCE passa a integrar a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), criada em 1947 como universidade estadual, cuja federalização e consequente transformação em Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) viria a ocorrer três anos depois, em 1950. A última transformação importante aconteceu em 1996, com a transformação do seu Departamento de Administração em Escola de Administração.

Do ponto de vista de sua organização interna, a Faculdade também passou por muitas transformações. Enquanto esteve vinculada à Faculdade de Direito, muito provavelmente esteve inserida na estrutura organizacional dela.

Em 1959, por ocasião do seu cinquentenário, a Faculdade estava estruturada da seguinte forma: Congregação, como órgão superior de direção administrativa, pedagógica e didática, Conselho Técnico Administrativo, como órgão deliberativo, Direção, como instância executiva superior, e Secretaria da Faculdade. Sua organização compreendia, ainda, os seguintes Departamentos: Economia e Finanças, Contabilidade, Direito, Administração, Matemática e Estatística.

Em 2009, no ano de seu centenário, sua organização compreende o Conselho da Unidade, a Direção, o Departamento de Economia e o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais.

Visando fazer uma maior racionalização dos serviços administrativos e do espaço físico, no decorrer de 2008 foi estruturada a Gerência da Faculdade, que compreende uma Secretaria Administrativa e uma Secretaria Acadêmica, sendo esta última integrada pelas secretarias dos departamentos e das comissões de graduação.

O Departamento de Economia oferece 140 vagas anuais para o curso de Economia e 60 para o curso de Relações Internacionais. Em 2010, o curso de Economia, que atualmente vem sendo ministrado pela manhã e à noite, será desdobrado em dois cursos, um matutino e um noturno. Já o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais oferece um total de 140 vagas anuais para

o curso de Contabilidade e mais 40 para o curso de Ciências Atuariais. O total de matrículas para os quatro cursos de graduação da Faculdade, em 2009, é de 1.643 alunos. Se a essas matrículas forem acrescentados os 382 alunos matriculados no curso de educação a distância (PLAGEDER), neste ano centenário a Faculdade conta com um total de 2.025 alunos matriculados nos seus cinco cursos de graduação. Em nível de pós-graduação, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) conta com 114 alunos matriculados nos seus cursos de mestrado e doutorado e o Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) possui 146 alunos, totalizando 260 alunos de pós-graduação na FCE. Assim, somando-se as matrículas dos cursos de graduação e as de pós-graduação, a Faculdade possui um total de 2.285 alunos.

A evolução dos cursos de graduação

Poucos meses após a criação da Escola de Comércio, editais na imprensa local divulgavam os novos cursos da Escola. O *Correio do Povo* de 11 de março de 1910 dizia: “É de se esperar que a juventude rio-grandense e, especialmente, os moços já empregados no comércio, procurem o novo estabelecimento, onde receberão instrução prática para bem desempenhar a profissão que abraçaram”.

Inicialmente foram oferecidos dois cursos, de acordo com o que estabelecia a legislação em vigor – o decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905, estabelecia que “o ensino será essencialmente prático” –: um Curso Geral, de nível médio, de três anos, e um Curso Superior, com dois anos de duração.

O Curso Geral, cujo ingresso era feito através de um exame de admissão, objetivava formar técnicos para o exercício das funções de guarda-livros, perito judicial e empregos da Fazenda. Esse curso, muito embora não apresentasse grande concentração de disciplinas contábeis, estava relacionado diretamente à atividade contábil. Assim, as disciplinas de seu currículo, em grande parte, apresentavam um conteúdo de formação geral, tais como: Matemática Elementar, Estenografia, Física, Química, História Natural, além do estudo de línguas, como Português, Alemão, Francês e Inglês. Apresentava, também, algumas disciplinas com conteúdo técnico profissionalizante, como: Escrituração Mercantil, Merceologia, Contabilidade Mercantil, Noções de Direito Público e Privado e Legislação Fiscal.

Já o Curso Superior, para cujo ingresso era exigida a conclusão do Curso Geral, compreendia um conjunto de disciplinas de cunho mais fortemente profissionalizante, pois visava preparar profissionais para atuarem como agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuariários de companhia de seguros, chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas comerciais. As disciplinas de seu currículo inicial eram as seguintes: Estatística Comercial, Contabilidade Mercantil Comparada, Bancos, Seguros, Contabilidade do Estado, Direito Comercial, Economia Política e Ciência das Finanças, Noções de Direito Internacional, Legislação Consular, Diplomacia e Correspondência Diplomática, Matemá-

tica Superior Aplicada ao Comércio, além do estudo de Geografia, História Comercial, Italiano e Espanhol.

Em 18 de novembro de 1913 formou-se a primeira turma do Curso Superior, a qual contava como oito alunos, que receberam o diploma de bacharéis em Ciência Comercial. O ensino prático da Escola permanece sem grandes alterações até o início da década de 1930, quando passa a ser regido pelo decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, o qual estabelecia que o ensino comercial deveria ser dividido em três cursos de três anos cada um. Seguindo a nova legislação, em 15 de fevereiro de 1933 foi criado o Curso Propedêutico, com três anos de duração, e o Curso Geral foi substituído pelo Curso Técnico de Perito Contador. Em 1934 foi criado o Curso Superior de Administração e Finanças; em 1939, o Curso Técnico de Perito Contador foi transformado em Curso de Contador, e em 1945 foram criados os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais. Em 1947, foi criado o Curso Extraordinário de Biblioteconomia, que posteriormente daria origem à atual Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação; em 1953, o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais foi desmembrado em dois cursos, o de Ciências Contábeis e o de Ciências Atuariais.

No decorrer dessas primeiras décadas de funcionamento, os cursos de nível médio foram assumidos pela Escola Técnica de Comércio, que ficou vinculada à Faculdade até 1950, quando passa a ter uma direção autônoma, mas permanece junto ao prédio da FCE até 1994, ano em que se transfere para sua sede atual, na rua Ramiro Barcelos. Em 1999, a Escola Técnica de Comércio passa a ser denominada de Escola Técnica da UFRGS.

A história do ensino da Administração no Rio Grande do Sul começou em meados da década de 1950, quando a Faculdade de Ciências Econômicas passou a oferecer uma série de cursos de extensão e aperfeiçoamento para administradores públicos e privados. À frente dessa iniciativa pioneira estava o diretor da Faculdade, professor Pery Pinto Diniz da Silva, que convidou professores da Fundação Getúlio Vargas e da Escola de Serviço Público do DASP para colaborar com o desenvolvimento desses cursos. Valendo-se do apoio institucional do Instituto de Administração, criado em 1959, o professor Pery firmou convênio com a Fundação Ford, através do qual vieram professores americanos para auxiliar na preparação de cursos de administração e na formação de professores. Coroando esse esforço, em 1963 é criado o curso de Administração de Empresas e, em 1966, o curso de Administração Pública.

No entanto, o esforço da Faculdade em continuar respondendo às necessidades colocadas pelo desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul e às novas demandas do mundo do trabalho não parou. Transcorrido um longo período de quase quarenta anos, após a criação dos cursos de Administração, foi criado, em 2003, o novo curso de Relações Internacionais, o qual passou a funcionar, no período vespertino, em março de 2004. Dado seu caráter interdisciplinar, ele é ministrado por professores de vários Departamentos da Universidade, incluindo-se os de Economia, Direito, Política, Geografia e Letras. Finalmente, no decorrer do ano de 2007, foi implantado o curso de graduação

tecnológico sobre Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), na modalidade de educação a distância, com duração de três anos, dentro dos objetivos da Universidade Aberta do Brasil e sob a orientação da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação.

A formação do corpo docente

No ano do seu centenário, a FCE conta com um quadro de professores altamente qualificado, formado por doutores e mestres¹ que atendem à diversidade de disciplinas dos seus quatro cursos de graduação e dos dois programas de pós-graduação, mas a situação era muito diferente nos primeiros anos de sua existência centenária. Os primeiros professores do ensino comercial eram, inicialmente, os próprios professores da Faculdade Livre de Direito, especialmente os que lecionavam Direito Comercial e disciplinas afins, mas eram oriundos, também, do ensino secundário do estado e de outras escolas particulares, como foi o caso do reconhecido professor Israel Torres Barcellos, formado pela Escola Mauá, que serviu de inspiração para a criação da Escola de Comércio.

No entanto, aos poucos, os professores passaram a ser formados pela própria Escola. “Eram os mesmos professores que passavam do primeiro ano para o segundo, depois terceiro, e assim por diante” (depoimento de Ruth do Valle, em 11 de janeiro de 2008, como contribuição para a elaboração deste livro). Exemplo disso foram os recém-formados, quer pelo Curso Geral quer pelo Curso Superior, professores Virgílio Bassano Cortese, Aristides Casado, Alcides Dias Antunes e Victor Sperb, os quais foram nomeados como professores da Escola pouco tempo depois de sua formatura. Esse também foi o caso do professor Edgar Luiz Schneider, que passou de aluno formado pela Escola a seu diretor e, posteriormente, foi reitor da própria Universidade. Acontecia, também, de professores da Escola de Comércio passarem a lecionar na própria Faculdade de Direito, como foi o caso do professor Abio Hervé e de Hernani Estrela, na década de 1940 (Universidade de Porto Alegre, 1943, p. 143).

Como era natural que acontecesse, a Escola de Comércio também passou por dificuldades na composição de seu corpo docente, como se observa em correspondência de 20 de junho de 1933, em que o diretor da Escola propôs a criação “de um quadro de lentes substitutos, a fim de ser evitada qualquer interrupção no curso, em caso de impedimento dos cathedráticos” (Conselho Technico da Escola de Comércio, 1933). A partir de 1943, por exigência do decreto-lei nº 6.141, são estabelecidos critérios para admissão de novos professores, exigindo-se prévia inscrição no Ministério da Educação, bem como a prestação de concurso, para sua efetivação (Brasil, 1943).

Com o passar dos anos, o quadro de professores foi se aperfeiçoando e consolidando. O decreto-lei nº 789, de 11 de maio de 1945, que transforma a Escola de Comércio em Faculdade de Economia e Administração, criou, também, nada menos do que 23 cargos de professores catedráticos, além de

1 A relação completa dos professores pode ser conferida no Anexo A deste livro.

outros comissionados (Universidade do Rio Grande do Sul, 1959, p. 28). Em 1949, quando a Faculdade comemorava seus 40 anos, o quadro docente já alcançava o número de 38 professores. Nas décadas de 1940 e 1950, foram realizados vários concursos para cátedras, nos quais podiam inscrever-se os professores adjuntos e docentes livres.

O esforço para a qualificação e o aperfeiçoamento do corpo docente foi uma constante na história da Faculdade. Em 1954, a Faculdade foi escolhida para sediar o primeiro Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Comercial, que abrangia as áreas de Contabilidade Geral e Superior, Contabilidade Comercial e Bancária, Contabilidade Pública e Contabilidade Industrial e fazia parte da Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Comercial (Universidade do Rio Grande do Sul, 1955, p. 113).

Ainda na década de 1950, a preocupação da FCE com a formação e o aperfeiçoamento do seu corpo docente fica mais evidente, quando são enviados os primeiros professores para fazer cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação em instituições nacionais e estrangeiras.

O primeiro a fazer um curso no exterior foi o professor José Bonetti Pinto, ex-aluno e chefe da Seção de Estudos de Renda do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (CEPE), enviado para estudar na École Pratique des Hautes Études, da Universidade de Paris, sob a orientação do professor Roger Bastide, o qual era profundo conhecedor dos problemas brasileiros, havendo trabalhado muitos anos na Universidade de São Paulo. Em 1957, o professor Cláudio Francisco Accurso foi enviado para fazer um curso de aperfeiçoamento em desenvolvimento econômico, na Escola para Graduados Latino-Americanos, da Universidade do Chile. Em princípios de 1958, a Faculdade enviou o bacharel em Ciências Econômicas Edgar Irio Simm, também seu ex-aluno, para fazer o curso de mestrado na Universidade de Wisconsin. E, no início da década de 1960, foi a vez da professora Ruth do Valle, que fez um curso de pós-graduação na Espanha.

Muitos outros exemplos poderiam ser citados, mas certamente não pode ser esquecido o pioneirismo do professor Sebastião Gomes de Campos, que, havendo se diplomado bacharel em Ciências Políticas e Econômicas, em 1941, pela PUCRS, obteve, em 1948, o grau de Bachelor of Business Administration na School of Business Administration da Southern Methodist University, Dallas/USA. No mesmo ano de 1948, fez concurso na então Faculdade de Economia e Administração, para a cátedra de Estrutura das Organizações Econômicas e Finanças das Empresas.

Em nível nacional, fizeram estágio de aperfeiçoamento, no Conselho Nacional de Economia, os professores, colaboradores de ensino, Paulo Dante Coelho e Renato Batista Masina, onde frequentaram o curso sobre Análise Econômica. Posteriormente, o professor Masina estagiou no Instituto de Conjuntura Econômica, em Roma.

Desde que a Escola de Comércio se tornou instituição oficial de ensino, este passou a ser organizado em torno da figura do professor catedrático. A divisão das disciplinas em cátedras era uma característica marcante das

universidades desde a época medieval, tradição que o Brasil também herdou. Havia o professor catedrático e o assistente, cada disciplina era uma cátedra e o catedrático era o responsável por uma só disciplina. Já o professor assistente deveria ser de confiança do catedrático, pois era por ele escolhido e sua permanência no cargo, quase sempre, também dependia da decisão dele. A cátedra mantém-se mesmo após a Revolução de 1930 e é reforçada nas Constituições de 1934 e 1946 (Fávero, 2000) e, também, na reforma do ensino superior proposta por Francisco Campos, Ministro da Educação de Getúlio Vargas. Os estatutos dessa reforma ratificam a figura do professor catedrático como o primeiro na hierarquia do corpo docente, mas passam a exigir para o provimento no cargo o concurso público de títulos e provas. Foi somente a partir de 1968, com a lei federal nº 5.540, que a cátedra foi extinta nas universidades brasileiras, passando o quadro docente a compor-se de professores auxiliares, assistentes, adjuntos e titulares.

A gestão do professor Pery

O primeiro diretor da Escola de Comércio foi o professor e desembargador Manoel André da Rocha, que ocupou o cargo de 1909 até 1935. Ele foi um dos responsáveis não só pela criação e implementação, mas também pela sobrevivência e desenvolvimento da Escola de Comércio nessas primeiras três décadas. Manoel André da Rocha teve seu raio de ação para além da Faculdade de Direito e da Escola de Comércio, pois desempenhou papel relevante também no âmbito da então Universidade de Porto Alegre, quando assumiu o cargo de reitor. Destaque, também, deve ser dado ao professor Edgar Luiz Schneider, que foi aluno, professor e diretor da Escola, tornando-se, posteriormente, reitor da Universidade.

Embora outros diretores da Faculdade tenham se destacado, cada um com suas iniciativas e seu estilo próprio de gestão, destaque maior deve ser feito à gestão do professor Pery Pinto Diniz da Silva, que dirigiu a Faculdade por um período de doze anos, de 1952 a 1964. O professor Jorge Babot Miranda, em depoimento concedido no dia 16 de janeiro de 2008, como contribuição para a elaboração deste livro, coloca a gestão do professor Pery como um divisor de águas na história da Faculdade, tal a importância que atribui às iniciativas e mudanças realizadas por Pery, quando este foi diretor da Faculdade: “O Pery foi um homem de visão, embora fosse bacharel em Direito e um burocrata, porque toda a vida dele trabalhou aqui dentro da Universidade. Era um homem de uma sensibilidade que é raro encontrarmos”. Com efeito, o professor Pery foi nomeado diretor da Faculdade de Ciências Econômicas em 30 de dezembro de 1952, por Getúlio Vargas, presidente da República, em substituição ao professor Hélio Machado da Rosa.

Realmente, o professor Pery destacou-se por um significativo conjunto de iniciativas, que marcaram a história da Faculdade. Dentre elas, podemos destacar a criação do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (CEPE), que iniciou de forma pioneira no Rio Grande do Sul a pesquisa sobre índice de



Professor Pery Pinto Diniz da Silva, diretor da Faculdade entre 1953 e 1964.

preços e do custo de vida, o estabelecimento de convênios de cooperação com instituições nacionais e com fundações e universidades estrangeiras. Na gestão do professor Pery foi inaugurada a nova sede da Faculdade, em 26 de novembro de 1953, data do 44º aniversário de sua fundação – com isso, a Faculdade de Ciências Econômicas teve “uma das suas grandes aspirações satisfeitas, com a inauguração da sede própria em amplo e moderno prédio sito à avenida João Pessoa” (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1953, p. 26). Além disso, foi iniciada a construção do novo auditório da Faculdade, inaugurado em 1957. Destaca-se, ainda, a realização de inúmeros cursos extraordinários, seminários e conferências, com a participação de professores de outros estados brasileiros e inclusive estrangeiros, através dos quais se procurava ampliar as fronteiras do ensino e da pesquisa na Faculdade. Por meio desses cursos extraordinários e da cooperação com entidades estrangeiras, o professor Pery promoveu a criação do Instituto de Administração, em 1959, que se transformou no embrião dos cursos de graduação e pós-graduação em Administração no âmbito da Faculdade. Foi por sua iniciativa, também, que foi realizado na Faculdade o curso da CEPAL sobre Técnica de Programação Econômica, bem como a Primeira Conferência Nacional de Faculdades de Ciências Econômicas,

no ano de seu cinquentenário. Destaque-se, ainda, a instituição do regime de tempo integral para docentes na Faculdade e do sistema rotativo de bolsas de estudo, em 1954, o qual procurava “custear ou auxiliar nas despesas de manutenção de alunos que nos seus cursos apresentem os atributos necessários à realização de um estudo extensivo e intensivo”, para o qual “serão recolhidos os valores de doações, auxílios e outros recursos provenientes de verbas orçamentárias” (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1961). O diretor Pery implantou, ainda, um curso diurno, “preferencialmente para alunos bolsistas, visto que os cursos noturnos não disponibilizavam o tempo necessário à realização de trabalhos em pesquisas” (Faculdade de Ciências Econômicas, 1958).

O prof. Pery Diniz da Silva foi, também, um dos responsáveis pela criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), do qual foi seu primeiro presidente, e pela implantação da Secretaria de Estado da Administração, tendo sido convidado pelo governador Brizola para ser seu primeiro secretário.

Por todas essas razões, e em reconhecimento por seus serviços, em 19 de dezembro de 2008, no âmbito das comemorações da abertura do Ano Centenário, a Faculdade prestou homenagem ao professor Pery, conferindo seu nome ao arquivo geral da Faculdade, que passou a denominar-se Arquivo Prof. Pery Pinto Diniz da Silva.

Os institutos de pesquisa e a pós-graduação

Na década de 1950, além do desenvolvimento e da consolidação dos novos cursos de graduação – em Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, criados em 1945 –, foram promovidos muitos outros cursos de extensão ou de especialização. No entanto, o fato que realmente marcaria os anos 1950 foi, sobretudo, o desenvolvimento da pesquisa na FCE, com a criação de dois institutos.

Primeiro, foi criado o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (CEPE), em 1953, o qual mais tarde foi transformado em Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE). Depois, em 1959, em convênio com o governo do Estado, foi a vez do Instituto de Administração (IA), o qual se transformou, posteriormente, em Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA).

A criação do CEPE/IEPE veio atender à necessidade de produzir indicadores econômicos e estatísticos, fundamentais para acompanhar a conjuntura econômica e orientar as atividades públicas e privadas, pois em âmbito estadual existia apenas o Departamento Estadual de Estatística, criado na década de 1930. O IEPE começou, desde cedo, a fazer pesquisas sobre orçamentos familiares, para calcular o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Custo da Cesta Básica da Região Metropolitana de Porto Alegre. Realizou, também, estudos e pesquisas de natureza teórica e aplicada sobre a economia regional e nacional, bem como cursos para o aperfeiçoamento de professores e a iniciação científica dos estudantes, complementando o ensino da Faculdade.

Para melhor desenvolver suas atividades, o IEPE integrou-se ao Sistema Estatístico Brasileiro, fez parceria com o IBGE, com a Fundação Getúlio Var-

gas e com o Instituto Roberto Simonsen, dentre outros. Além disso, estabeleceu convênios internacionais com a Fundação Rockefeller, a Fundação Ford e a Universidade de Wisconsin, propiciando valiosos intercâmbios de professores e técnicos dessas instituições, que vieram para assessorar as atividades de pesquisa, bem como de professores e alunos da Faculdade, que receberam bolsas de estudo no Brasil e no exterior.

A publicação do seu *Boletim Informativo* foi uma constante ao longo de sua história de mais de 50 anos – desde sua fundação, em 1953, até os dias de hoje.

O IEPE foi, também, o berço dos cursos de pós-graduação na Faculdade de Ciências Econômicas, com a criação, em 1963, do curso de mestrado em Economia e Sociologia Rural e, em 1971, do mestrado em Economia.

Já na área da Administração, a criação do Instituto de Administração, em 1959, teve um significado ainda mais amplo, pois ele foi o promotor não só da pesquisa e pós-graduação, mas inclusive do próprio ensino de graduação em Administração, cujos cursos regulares em Administração Pública e de Empresas vieram a concretizar-se no início da década de 1960. O IA/CEPA manteve, também, fortes vínculos com a administração estadual, pois na época de sua criação o professor Pery Diniz da Silva era diretor da Faculdade e, também, secretário de Estado da Administração. O ato de criação do IA foi assinado pelo reitor e pelo governador do Estado, engenheiro Leonel de Moura Brizola.

Dessa forma, o IA/CEPA, além de desenvolver o estudo e a pesquisa dos princípios e processos de administração, no âmbito da Faculdade, era, também, o órgão executor da política de treinamento de pessoal definida pelo estado. Seus estudos contribuíram para implementar várias decisões governamentais, que resultaram em mudanças estruturais no estado, tais como a criação da Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos e a Fundação de Economia e Estatística, esta última como sucessora do antigo Departamento Estadual de Estatística.

O IA/CEPA, por seu pioneirismo, pode ser considerado o embrião do ensino da Administração científica no Rio Grande do Sul, e por sua trajetória na gestão de políticas de ensino, pesquisa e extensão universitária em Administração, como a concretização dos anseios de seu idealizador, o professor Pery Pinto Diniz da Silva.

Muitas décadas depois, em 1998, foi criado o Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (CEPAN), de caráter interdisciplinar, do qual participa a Faculdade de Ciências Econômicas, juntamente com outras unidades da UFRGS. O CEPAN, que tem por finalidade realizar estudos e pesquisas na área do agronegócio, mantém um curso de mestrado e um de doutorado.

Finalmente, em 2008, como consequência do desenvolvimento do curso de Relações Internacionais, a FCE promoveu a criação de um novo centro de estudos e pesquisas, juntamente com o Departamento de Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), a Faculdade de Direito e a Escola de Administração. Essa iniciativa veio a concretizar-se com a aprovação do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), em 13 de março de 2009, através da decisão nº 091/2009 do Conselho Universitário. Esse Centro

do qual participa a Faculdade objetiva promover a realização de estudos e pesquisas de natureza interdisciplinar na área governamental e das relações internacionais.

Em nível de pós-graduação, como foi mencionado, a FCE foi uma das pioneiras, na UFRGS e no Rio Grande do Sul, a criar seus cursos de mestrado e doutorado. Ainda em 1963 era criado, junto ao IEPE, o mestrado em Economia e Sociologia Rural, o qual se desmembra, em 1965, para formar o mestrado em Economia Rural e o mestrado em Sociologia Rural. Este último curso desligou-se da FCE em 1984 e passou a fazer parte do IFCH. Em 1971, por sua vez, é criado o mestrado em Economia. Em 1992 é criado o doutorado em Economia, vindo a compor, juntamente com o mestrado, o Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE).

Em março de 1972 foi criado o curso de mestrado em Administração e, em 1994, o curso de doutorado, os quais passaram a compor o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA). Em 1996, o PPGA inicia, de forma pioneira no Brasil, o curso de mestrado interinstitucional, em convênio com a Universidade de Caxias do Sul.

Em 1999, com a extinção do mestrado em Economia Rural, foi criado um novo mestrado em Desenvolvimento Rural, e em 2003, o curso de doutorado, compondo o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). O PGDR propõe-se a estudar o desenvolvimento rural sob um enfoque interdisciplinar, com abordagens teóricas e metodológicas diversas. Seu quadro docente compreende a diversidade da formação acadêmica da UFRGS e de outras universidades nacionais e estrangeiras. Seu corpo discente também é diversificado, sendo composto por alunos oriundos de vários estados brasileiros, de países da América Latina e da África, com os quais o PGDR estabeleceu convênios de cooperação.

Na área de Ciências Contábeis foi criado, em 2001, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade (NECON), que realiza pesquisas na área de Contabilidade e oferece diversos cursos de pós-graduação em nível de especialização. O NECON mantém, ainda, a publicação da revista *Contexto*.

Além do NECON, a pesquisa da Faculdade vem sendo feita, de forma expressiva, através de inúmeros outros núcleos de estudos e pesquisas, tais como: Núcleo de Estudos sobre Tecnologia, Indústria e Trabalho (NETIT), Núcleo de Análise de Política Econômica (NAPE), Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Econômica (NEPHE), Núcleo de Economia Política (NEP), Núcleo de Economia Alternativa (NEA) e Núcleo de Estudos em Economia Agrária (NEEA).

O papel dos estudantes

A história centenária da FCE certamente não seria o que foi sem a participação ativa dos estudantes, pois sua organização e seu movimento desempenharam um papel fundamental para o seu desenvolvimento.

Com efeito, a organização estudantil na FCE teve um início bastante precoce, pois ainda no primeiro ano de vida da nova instituição, em 1910, houve a fundação do Grêmio dos Estudantes da Escola de Comércio. Ela prossegue, de meados dos anos 1940 até 1964, com o Centro dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas (CEUCE) e continua, desde 1965, com o Diretório Acadêmico de Economia, Contabilidade e Atuariais – antes também da Administração – (DAECA) e com o Centro Estudantil de Relações Internacionais (CERI), criado em 2004.

Criado em 7 de setembro de 1910, o Grêmio dos Estudantes da Escola de Comércio seria a mais antiga entidade estudantil de Ciências Econômicas no estado e a segunda no Brasil. Os estudantes de Comércio trabalhavam durante o dia e à noite entregavam-se aos estudos. Essa condição seria predominante em toda história dos estudantes das Ciências Econômicas, condicionando fortemente a estrutura e o funcionamento de sua entidade representativa. Nos primeiros anos de existência, o Grêmio atuou para que os estudantes tivessem um título específico, de bacharel em Ciências Econômicas e Comerciais, reconhecido pela Congregação da Faculdade de Direito. O Grêmio também foi responsável pela publicação, entre 1915 e 1920, da *Revista da Escola de Comércio de Porto Alegre*, a primeira publicação acadêmica da história da FCE.

Nos anos 1940, ocorreu a estruturação do CEUCE em substituição ao Grêmio, juntamente com a criação da Faculdade de Economia e Administração. Os primeiros anos da nova Faculdade foram marcados por uma grande movimentação dos estudantes, em meio a novas mudanças na Faculdade (criação de novos cursos em lugar dos antigos, federalização da universidade e prédio próprio) e às lutas bem-sucedidas pela regulamentação das profissões de nível superior de contador (1946) e economista (1951). Um grupo de estudantes dinâmicos e competentes empolgou o CEUCE entre 1946 e 1952, marcando o início de um período muito rico em realizações acadêmicas e institucionais. Período que ganhará novo e maior impulso com a gestão do professor Pery Pinto Diniz da Silva à frente da Direção da Faculdade, de 1953 até 1964. Nesse período, o CEUCE participa das campanhas pela regulamentação das profissões e colabora na construção da nova Faculdade e de seus novos cursos de Economia e de Ciências Contábeis e Atuariais.

Em 1962, o CEUCE abre um inquérito sobre as condições do ensino na Faculdade, com a intenção de que os profissionais formados estivessem mais bem preparados para um mercado mais abrangente. A efervescência da sociedade brasileira de então favorecia, pela elevação do nível de ensino e pelo clima de liberdade, um ambiente estudantil de grande agitação e de disputas políticas, trazendo para a sala de aula inquietudes e questionamentos. Questionava-se o próprio ensino e os professores, e o CEUCE atuava como exigente porta-voz de reivindicações de mudanças.

A partir de 1964 ocorrem grandes mudanças, com a intervenção dos governos militares nas entidades estudantis, através de uma legislação de exceção que proibia as manifestações políticas e reivindicativas. É formado, então, o DAECA e abre-se um período em que a entidade será palco de fortes

disputas políticas entre estudantes favoráveis e contrários ao regime militar. O DAECA organiza a resistência democrática e acadêmica no período 1965-1984, através de suas publicações e eventos acadêmicos. Em outubro de 1973, o diretório foi fechado (arrombado e lacrado) pelo DOPS, num ato formalizado por portaria do reitor, e a diretoria do DAECA foi indiciada no decreto-lei nº 477, ameaçando-se quatro estudantes de expulsão, o que foi evitado por uma ampla campanha em favor dos estudantes e do DAECA, que mobilizou a sociedade civil, os partidos políticos e o meio universitário.

Nessa fase da vida do DAECA são criados o Centro de Estudos de Economia Política (CEEP), no início dos 1970, e, no início dos anos 1980, o Centro de Estudos de Administração (CEAD) e o Centro de Estudos de Atuariais e Contábeis (CEACON), todos eles núcleos de estudantes responsáveis por publicações, realização de palestras, seminários, grupos de estudo e cursos. O DAECA atua pela redemocratização do país, pela liberdade de ensino e de expressão, contra a dispersão dos prédios, o autoritarismo de professores e o baixo nível de ensino. Luta também pela institucionalização dos cursos de férias como alternativa para reduzir o tempo de atraso nas formaturas. Entre 1975 e 1980, comandam o DAECA diretorias favoráveis aos governos militares, sofrendo forte oposição de grupos de estudantes contrários. Em 1980, um grupo organizado há mais de um ano, o Alternativa, vence as eleições, permanecendo à frente do DAECA por seis gestões consecutivas. De um modo geral, no período 1969-1984 os protagonistas do diretório procuraram desenvolver meios para evitar a submissão à limitação do pensamento, criando espaços e instrumentos para a liberdade de expressão e de pensamento econômico e social. Contribuíram, através da prática política no movimento estudantil e na sociedade, para que o país retomasse o caminho da liberdade e da democracia.

Nos anos seguintes, com a democratização do país, a luta estudantil na universidade vincula-se principalmente aos temas do ensino, enquanto surge uma imensa diversidade de manifestações políticas, ideológicas e culturais entre os estudantes. Com a saída dos cursos de Administração para constituir uma unidade autônoma em 1996 (a Escola de Administração), a base de representação do DAECA muda. No novo século, com a criação do curso de graduação em Relações Internacionais, é formado o CERI, uma entidade específica dos estudantes do novo curso, mas que atua lado a lado com o DAECA pela melhoria da qualidade de ensino.

Ao longo de quase cem anos, foram profundas as transformações no perfil e no número dos estudantes, na organização de suas entidades representativas e nas motivações de seus movimentos. Apesar das grandes mudanças, duas características parecem comuns às diversas fases dessa história. Em primeiro lugar, sempre houve um grande envolvimento da entidade e dos estudantes com os problemas e as questões do ensino, seja na forma de uma colaboração com os professores e a Direção, seja na forma da crítica aos currículos, conteúdos e professores, acompanhada da proposição de alternativas (publicações, cursos, grupos de estudo e palestras, biblioteca e livraria

do diretório) que se materializaram como úteis complementos da formação profissional. Uma segunda característica que atravessa épocas é que a organização e o movimento dos estudantes das Ciências Econômicas – seja pelo seu peso numérico, seja pelo seu elevado grau de politização, frequentemente pluralista e conflituoso nas opções para o desenvolvimento do país – sempre ocuparam lugar destacado no movimento estudantil geral da universidade e do estado e nos encontros nacionais de estudantes de Economia. Por essas características, muitos dos estudantes que protagonizaram a história desse movimento tornaram-se lideranças sociais, empresariais e políticas, enquanto outros tantos tornaram-se professores.

As revistas e a Biblioteca

Exemplo da vitalidade que a nova instituição viria a cultivar ao longo de toda sua história foi o grande número de revistas por ela criadas. Tudo começa muito cedo, pois em 1915 o Grêmio dos Estudantes da Escola de Comércio cria a *Revista da Escola de Comércio de Porto Alegre*, que circula até a década de 1920. Depois veio a *Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul*, criada ainda em 1918, com a participação efetiva de professores e ex-alunos da Escola de Comércio.

Outras seis revistas seriam ainda criadas. Em 1946, por iniciativa dos próprios estudantes do curso de Economia, foi criada a revista *CEUCE*. Poucos anos depois, em 1950, foi a vez da *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas*. Em 1983, na gestão do professor Antônio Carlos Santos Rosa, surge a revista *Análise Econômica*, que se mantém até os dias atuais. O curso de Ciências Contábeis também criou a sua revista *Contexto*, em 2001. Em 2003, foi criada uma nova revista dos estudantes do curso de Ciências Econômicas, chamada *Visão Econômica*. Finalmente, em 2008, foi criada a revista *Perspectiva*, ligada ao curso de Relações Internacionais.



Destaque, também, deve ser dado à formação do acervo de livros e revistas acadêmicas da Biblioteca da Faculdade. Embora só tenha sido criada em 1945, não resta dúvida de que ela desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa ao longo da história da Faculdade.

O primeiro livro registrado na nova Biblioteca foi a *Moral*, de Aristóteles, o qual recebeu o registro de nº 494.527. A partir daí, nos anos posteriores e continuados de sua longa história, a Biblioteca de nossa Faculdade foi acumulando um valioso acervo de livros, que hoje, quando completa cem anos, ultrapassa os 40 mil exemplares, bem como um setor de periódicos, que conta com mais de 300 revistas científicas, das quais mais de um terço em língua estrangeira, contemplando todas as disciplinas dos quatro cursos de graduação e dos dois programas de pós-graduação da Faculdade. Esse acervo é, sem dúvida, um dos fatores responsáveis pela progressiva ampliação e qualidade do ensino e da pesquisa que caracterizam a instituição.

A Biblioteca possui, ainda, um conjunto de livros clássicos de economia, com edições muito antigas, tais como a sexta edição da *Riqueza das nações*, de Adam Smith, uma edição inglesa de 1791, dentre outros de John Stuart Mill, de 1862, Jean Baptiste Say, de 1828, e mesmo uma raridade como o *De Jure Belli Ac Pacis*, de Hugo Grotius, editado em 1678.

Fazem parte, também, do acervo da Biblioteca muitos livros escritos por professores e pesquisadores da própria Faculdade. Dentre os mais antigos estão o livro do professor Francisco R. Simch, catedrático de economia e finanças, que possui o sugestivo título de *Programa de economia social*, cuja segunda edição foi publicada em 1931 pela Editora Globo, e o do professor Armando Temperani Pereira, catedrático de economia política, que se intitula *Introdução à economia política*, tendo sido editado, também pela Globo, em 1946.

Em 1989, nos 80 anos da Faculdade, a Biblioteca recebeu o nome de Biblioteca Gládis W. do Amaral, em homenagem a essa professora de nossa Faculdade.

Outros destaques de um longa história

Um celeiro de lideranças

Como decorrência do elevado nível acadêmico da instituição, muitos professores da Faculdade, bem como alunos por ela formados, em nível de graduação e de pós-graduação, ao longo de sua história, ocuparam posições de destaque e liderança, nos mais diversos setores de atividades da área privada e pública, nos cenários federal, estadual e municipal, como ministros ou secretários de Estado, presidentes de fundações e outros órgãos públicos. Além disso, muitos egressos e professores da FCE ocuparam cargos no Legislativo federal e estadual. Na área do Executivo, muitos vieram a ocupar o cargo de prefeitos municipais, com destaque para a prefeitura da capital e o cargo máximo do governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Inserção e sintonia

Ao longo de sua história, a Faculdade de Ciências Econômicas soube sintonizar-se com situações vividas pela cidade de Porto Alegre, em momentos difíceis ou comemorativos, como registram documentos históricos.

Um exemplo dessa inserção social e vivência dos problemas da cidade foi a mobilização da Faculdade por ocasião da enchente de 1941, que arrasou a cidade, inundando o centro e outros bairros, no sentido de angariar fundos e prestar socorro aos flagelados, como consta na ata de 9 de julho de 1941,² em que o diretor presta contas ao Conselho da Faculdade das contribuições recebidas.

²“Logo após o senhor Diretor levou ao conhecimento do Conselho a prestação de contas das quantias recolhidas da subscrição pós-flagelados, que havia encaminhado ao Reitor da Universidade, dando ciência aos senhores conselheiros de sua aprovação.” (Universidade de Porto Alegre, 1941).

Outro exemplo é a importância dos novos cursos criados em 1945 e sua repercussão na imprensa local, como atesta o *Diário de Notícias*, em sua edição de 5 de janeiro de 1947, quando comenta que: “A tendência que essa Faculdade está seguindo é de sincronizar os seus cursos de formação com os problemas reais de nosso meio econômico, social e administrativo e organizar a pesquisa científica de nossos problemas econômicos. Para isso conta já com o apoio de instituições públicas e privadas, que de diversas maneiras vão prestar sua colaboração.”

Testemunha, ainda, de como as atividades e as preocupações da Faculdade eram acompanhadas de perto pela imprensa local é o que registra, em matéria de 20 de dezembro de 1948, o *Diário de Notícias*, preanunciando já a criação dos futuros institutos de pesquisa, que viriam a materializar-se em 1953 (IEPE) e 1959 (IA):

A Faculdade de Economia e Administração, de acordo com suas finalidades, vai empreender seminários em torno de temas e problemas de caráter econômico, administrativo e contábil, devendo, assim que o permitirem suas possibilidades materiais, criar institutos de pesquisas, com os mesmos objetivos e funcionando em caráter permanente. Além de outras, esses institutos terão por finalidades completar o ensino, exercitando os alunos na prática da investigação científica, despertar vocações e descobrir aptidões para esses estudos e realizar investigações sobre problemas econômico-financeiros e sociais.

A Faculdade também participou das solenidades que comemoravam o final da Segunda Guerra Mundial, conforme consta de anotações do livro de ponto, em 1945 e 1946 (Universidade de Porto Alegre, *Livro ponto do pessoal administrativo*), ou seja: o feriado de 23 de julho de 1945, para acompanhar a chegada a Porto Alegre do general norte-americano Mark Clark, comandante das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial, o feriado de 15 de agosto de 1945, para comemorar o término da Segunda Guerra, o feriado de 5 de setembro de 1945, para acompanhar a Parada da Vitória, e o ponto facultativo de 12 de abril de 1946, quando da chegada a Porto Alegre do marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB durante a Segunda Guerra Mundial.

Novamente, em 1961, quando os porto-alegrenses tomaram a Praça da Matriz para apoiar o governo estadual na campanha da Legalidade, a Faculdade de Ciências Econômicas paralisou suas atividades, como consta no processo nº 1.632, de 9 de setembro de 1961 (ofício circular nº 49), onde consta que serão tomadas providências pela FCE para “recuperação das aulas que deixaram de serem ministradas no período de 25/08/61 a 09/09/61”.

Dificuldades financeiras

A Faculdade, ao longo de sua história, passou também por momentos de grandes dificuldades financeiras, especialmente nos primeiros tempos, quando se mantinha unicamente com a contribuição das mensalidades dos alunos. Muitos relatos atestam esses momentos difíceis, como a Ata da Sessão

de 25 de abril de 1934, da Congregação da Faculdade de Direito, quando o desembargador Armando Azambuja chegou a propor o fechamento da Escola de Comércio, tais eram as dificuldades financeiras pelas quais ela atravessava. Esses momentos devem ter sido muito marcantes, pois nos *Anais do Cinquentenário*, em 1959, era ainda lembrado que “muitas vezes, a Escola de Comércio esteve à beira da falência. Cita-se que o desembargador André da Rocha e seus companheiros tiveram até de cotizar-se para pagar os bedéis, e não foram poucas as ocasiões em que seus vencimentos ficaram na Escola” (Universidade do Rio Grande do Sul, 1959, p. 16).

Lupicínio e Paixão

A história da Faculdade não está relacionada apenas com as ditas Ciências Econômicas. Ela tem a ver também, ainda que de maneira indireta, com nossa música, nossa cultura e nossas tradições, na pessoa de dois de seus personagens-símbolo, que foram Lupicínio Rodrigues e Paixão Côrtes. Lupicínio foi, por muitos anos, bedel da Faculdade de Direito e, por consequência, também da Escola de Comércio. Paixão Côrtes liderou, junto com um grupo de estudantes do Colégio Júlio de Castilhos – cujo prédio viria a sediar posteriormente a Faculdade de Ciências Econômicas – a criação de um Departamento de Tradições Gaúchas em agosto de 1947, o qual daria origem, em 24 de abril de 1948, ao primeiro Centro de Tradições Gaúchas do Rio Grande do Sul, o atual 35 CTG.

Os expurgos do regime militar

Em termos políticos, a Faculdade também foi atingida pela repressão política do regime militar na década de 1960. Dois de seus professores participaram da formação da Comissão Especial de Investigação Sumária, instalada na Universidade: o professor Nagipe Buaes, que a presidiu, e o professor Laudelino de Medeiros, que logo no início dos trabalhos solicitou demissão. As atividades dessa comissão, que deveria averiguar “atos de subversão” no interior das Faculdades, subsidiavam a abertura de inquéritos sumários contra aqueles docentes que tivessem seus nomes apontados. Conforme atesta o livro *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*, essa comissão foi responsável pelo expurgo e demissão sumária de 17 professores da UFRGS, em 1964, e mais 19, em 1969, dentre os quais estavam quatro professores da Faculdade de Ciências Econômicas: Antônio de Pádua Ferreira da Silva, Armando Temperani Pereira, Cibilis da Rocha Viana e Cláudio Francisco Accurso. Segundo testemunhos constantes do mesmo livro, os inquéritos tornaram-se palco para perseguição política e, inclusive, para a resolução de desavenças pessoais. Foram tempos difíceis, que penalizaram não só os professores casados, mas também a instituição e toda a comunidade universitária; tempos que esperamos não mais voltem.

Comemorações históricas

Em novembro de 1959, a Faculdade de Ciências Econômicas comemorou, em grande estilo, seu cinquentenário. Evento marcante dessa comemoração foi a Primeira Conferência Nacional de Faculdades de Ciências Econômicas, realizada no período de 11 a 14 de novembro de 1959. Fizerem-se presentes mais de 150 pessoas, entre economistas, professores, dirigentes e representantes de 15 faculdades de Ciências Econômicas brasileiras, além de professores de universidades estrangeiras, da Holanda e dos Estados Unidos.

Em 26 de novembro de 2008, foi realizada a Abertura do Ano Centenário da Faculdade de Ciências Econômicas, no Salão Nobre da Faculdade de Direito, berço da Escola de Comércio. Momento marcante dessa solenidade foi a homenagem prestada a muitos professores e servidores eméritos da Faculdade, através da entrega de uma “Medalha do Centenário” a cada um dos homenageados. Emocionantes foram, também, os depoimentos dos agraciados, muitos deles quase centenários, que lembraram momentos importantes de suas vidas e de suas atividades na Faculdade.



Flagrante da homenagem prestada a professores eméritos da FCE, em 26 de novembro de 2008, no Salão Nobre da Faculdade de Direito, berço e sede da Escola de Comércio.

Esta longa história da Faculdade de Ciências Econômicas, cujos traços principais procuramos resgatar, constitui-se na história de seus pioneiros idealizadores, no longínquo novembro de 1909, bem como de todos os que nela trabalharam e estudaram, dirigentes, professores, servidores e alunos, doando parte significativa de suas vidas em prol do ensino, da pesquisa e da extensão, ao longo desses cem anos.

Referências

BRASIL. *Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943*. Título IV, capítulo III. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=6717>>. Acesso em: 13 out. 2008.

CONSELHO TÉCNICO DA ESCOLA DE COMÉRCIO. *Universidade de Porto Alegre*. Faculdade de Direito, 1933.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS. *Ofício nº 1.592, de 8 de outubro de 1958*.

FÁVERO, M. L. A. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, XXIII, 2000, Caxambu. *Anais...*, 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1118t.PDF>>. Acesso em: 5 ago. 2008.

FORTINI, Archymedes. *Subsídios para a história do ensino comercial em Porto Alegre*. Porto Alegre: Imprensa Universitária, 1953.

FRAUCHES, Celso da Costa. *A livre iniciativa e reforma universitária brasileira*. 2004. Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/completos/CELSO%20DA%20COSTA%20FRAUCHES-%20A%20livre%20iniciativa....doc>>. Acesso em: 22 maio 2008.

RODRIGUES, Alberto Almada. A contabilidade no Rio Grande do Sul no período republicano. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 16, n. 45, p. 42-51, jul./set. 1986. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/memorial/rs_publicano.htm>. Acesso em: 9 out. 2008.

SANTOS, João Pedro dos. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre*. Porto Alegre: Síntese, 2000.

UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE. Faculdade de Direito. *Livros de atas do Conselho Técnico Administrativo*. Livro 127, ata 55, de 9 de julho de 1941.

_____. Faculdade de Direito. *Livros de atas do Conselho Técnico Administrativo*. Livro 127, ata 71, de 23 de março de 1943.

_____. Faculdade de Economia e Administração. *Livro ponto do pessoal administrativo*. Livro nº 18: de 6 de maio de 1945 a 4 de maio de 1946.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Ciências Econômicas. *Anais 1959*. Porto Alegre: Gráfica da URGs, 1959.

_____. *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas*. Porto Alegre: URGs, 1955.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Ciências Econômicas. *Relatório de atividades escolares – 1953*. Porto Alegre: Imprensa Universitária, 1953.

_____. Faculdade de Ciências Econômicas. *Livro de resoluções – 1961 a 1967*. Resolução nº 1, de 1º de março de 1961.